

TRABALHO E “QUESTÃO SOCIAL” NA AMAZÔNIA MARAJOARA: notas para compreender a superexploração da força de trabalho

Christiane Pimentel e Silva¹

RESUMO: O artigo discute as categorias de exploração e superexploração da força de trabalho para delinear a situação da classe trabalhadora no Marajó, por meio da pesquisa bibliográfica, e demonstrar a atualidade dos conceitos marxistas. Conclui-se que as políticas neoliberais e as políticas focalizadas na denominada “extrema pobreza” aprofundam as relações de dependência, acirrando as manifestações da “questão social” no Marajó. **Palavras-chaves:** Exploração. Superexploração. Mais-valia. Força de trabalho. Marajó.

ABSTRACT: The article discusses the categories of exploration and overexploitation of the work force to outline the situation of the working class in Marajó, through literature, and demonstrate the relevance of Marxist concepts. We conclude that the neoliberal policies and policies focused on so-called "extreme poverty" deepen the dependency relations, intensifying the manifestations of the "social question" in Marajó. **Keywords:** Exploration. Overexploitation. Surplus value. Work force. Marajó.

¹ Assistente Social em exercício na docência 3º grau da Universidade Federal do Pará – Faculdade de Serviço Social, *Campus* Universitário do Marajó-Breves, Mestra em Serviço Social/PPGSS-UFPa. E-mail: chrissilva@linuxmail.org / christiane@ufpa.br

1 INTRODUÇÃO

As categorias exploração e superexploração da força de trabalho, respectivamente, de Marx (2008) e de Marini (1990), erguem o fundamento teórico crítico para entender a dinâmica da inserção do capital na Região Amazônica, numa relação de subordinação ao processo de acumulação dos países centrais.

Nessa relação, os países dependentes recuperam a parte da mais-valia apropriada pelos países centrais, por meio da utilização extensiva e intensiva da força de trabalho, o que produz a superexploração.

Neste artigo, buscamos retomar a discussão da superexploração, para demonstrar que o capitalismo dependente na Amazônia se utiliza de mecanismos mais aviltantes para efetivar a produção e exportação de bens primários de menor desenvolvimento das forças produtivas, caracterizando sua particular forma de manifestação.

2 KARL MARX E RUY MAURO MARINI: EXPLORAÇÃO E SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Para compreender o contexto contemporâneo da situação da classe trabalhadora na Amazônia e, em particular, da Amazônia Marajoara², de forma a revelar a essência da exploração e da superexploração da força de trabalho é incontornável o retorno a teoria marxiana.

Marx (2008) afirmava que a aparente igualdade na relação salarial entre o trabalhador e o comprador de sua força de trabalho, escamoteia a essência da exploração do trabalho pelo capital, que decorre por meio da mais-valia, pois o valor da força de trabalho (salário) diverge do valor que ela produz.

2 A porção Marajoara da Amazônia, corresponde aos dezesseis municípios do Arquipélago do Marajó (Mesorregião do Marajó, estado do Pará), são eles: Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Gurupá, Melgaço, Muaná, Ponta de Pedras, Portel, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

No interior do processo produtivo capitalista, o trabalhador cria mercadorias³ (que pertencem ao capitalista) a partir de um excesso quantitativo de trabalho, ou seja, a partir de um prolongamento na duração da jornada de trabalho, além do equivalente salarial. Nesse período excedente da jornada de trabalho, o trabalhador continua produzindo mercadorias (excedente de valor), que serão realizadas na esfera da circulação junto com as demais produzidas no período da jornada necessária⁴, constituindo de um lado, o processo de autovalorização do capital e de outro lado, a exploração do trabalhador (MARX, 2008).

A autovalorização do capital, por meio da extração da mais-valia do trabalhador é processo imperativo ao capital, que deve ser permanentemente reproduzido em escala ampliada e por isso Silva (2010), afirma a partir de Marx (2008) que a produção burguesa busca estender o período de extração da mais-valia (massa de valor produzida), que pode acontecer de duas formas: 1) mais-valia absoluta, que ocorre pelo prolongamento do período excedente da jornada, limitado pelo próprio desgaste físico da força de trabalho e pelo limite socialmente aceito e; 2) mais-valia relativa, que decorre da diminuição da parte necessária da jornada de trabalho, possível a partir do aprimoramento das condições técnicas e sociais do trabalho.

Com Marini (1990), não apenas se compreende melhor a dinâmica estrutural da produção capitalista, delineada por Marx (2008), mas também é construído o arcabouço teórico (Teoria Marxista da Dependência⁵ - TMD) capaz de explicar dos determinantes capitalistas na América Latina e, assim, entender as relações sociais constituídas na Amazônia e sua porção marajoara.

Para Marini (1990), a produção capitalista deve ser analisada a partir do conjunto de relações na esfera mundial, identificando uma integração entre os países, que responde a exigência da inserção subordinada (países dependentes) aos países centrais. Nesse sentido, não há um desenvolvimento insuficiente de relações capitalistas, mas a formação de um capitalismo *sui generis*.

Nos países centrais, o desenvolvimento de relações “especificamente” capitalistas se baseiam na mais-valia relativa. Isto significa que o desenvolvimento das condições técnicas e

3 Por meio da transformação da natureza em objetos capazes de satisfazer as necessidades reais do ser social, são criados bens ou valores de uso, que no modo de produção capitalista, se convertem em valores de troca, mercadorias (MARX, 2008).

4 Silva (2010) explica que na análise marxiana, a jornada necessária constitui o período de tempo equivalente ao valor necessário à reprodução física do trabalhador (valor da força de trabalho).

5 Na década de 1960, emergiram teorias explicativas sobre o desenvolvimento socioeconômico da América Latina, entre os quais se destacam a corrente weberiana, representada por autores como Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto e a corrente marxista, utilizada nesse estudo e sintetizada como Teoria Marxista da Dependência (TMD), composta pelos autores Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank.

sociais possibilitam que os ramos produtores dos meios de subsistência dos trabalhadores barateiem aquelas mercadorias, reduzindo o valor da força de trabalho (MARINI, 1990).

Ainda de acordo com Marini (1990), a implementação da mais-valia relativa em países centrais, que visa desvalorizar a força de trabalho, tem como consequência a formação de demandas locais para as mercadorias produzidas, a partir do consumo individual da classe trabalhadora. No período contemporâneo de desenvolvimento da acumulação capitalista, foram criadas possibilidades para que o capital industrial nos países centrais, obtenha fora de suas fronteiras nacionais os alimentos necessários a subsistência do trabalhador e também a matéria-prima.

Para que os países centrais possam se especializar nas áreas de grandes indústrias, foi necessário que outra parte da sociedade mundial se especializasse na produção agrícola e, mais recentemente também na produção de matérias-primas industriais⁶. Isso significa que países dependentes da demanda dos países centrais, por se voltarem a exportação, 1) separam o ciclo de produção e consumo, não constituindo um mercado consumidor interno; 2) como a produção de países dependentes “não depende da capacidade interna de consumo para sua realização” (MARINI, 1990, p. 132), os capitalistas não objetivam reduzir o valor das mercadorias necessárias a reposição da força de trabalho da classe trabalhadora, explorando ao máximo a força de trabalho, ocasionado um desgaste prematuro a mesma. A partir da Tabela 1, a seguir, confirma-se a afirmação de Marini:

Tabela 1 Principais exportações, países selecionados América Latina e países centrais, 2014.

Países selecionados	Posição PIB Nominal (2014)	Exportações (2014)		US \$	Países selecionados	Posição PIB Nominal (2014)	Exportações (2014)		US \$	
		Principais produtos	Participação (%)				Principais produtos	Participação (%)		
Brasil	7º lugar	1º Minério de Ferro	12,00	\$26,9 Bilhões	Estados Unidos	1º lugar	1º Petrolíferos refinados	7,10	\$103 Bilhões	
		2º Soja	10,00	\$23,6 Bilhões			2º Carros	4,20	\$60,8 Bilhões	
		3º Petróleo Cru	7,20	\$16,4 Bilhões			3º Aviões, helicópteros e/ou espacial	3,70	\$53,2 Bilhões	
		4º Açúcar bruto	4,30	\$9,8 Bilhões			4º Peças de veículos	2,60	\$38,4 Bilhões	
América Latina	24º lugar	1º Farelo de soja	17,00	\$11,9 Bilhões	países centrais	Japão	3º lugar	1º Carros	13,00	\$93,3 Bilhões
		2º Caminhões de entrega	5,60	\$3,88 Bilhões				2º Peças de veículos	4,70	\$33,9 Bilhões
		3º Soja	5,60	\$3,84 Bilhões				3º Circuitos integrados	4,40	\$31,1 Bilhões
		4º Milho	5,40	\$3,7 Bilhões				4º Impressoras industriais	2,10	\$15,2 Bilhões
Venezuela	31º lugar	1º Petróleo Cru	76,00	\$47,8 Bilhões	Alemanha	4º lugar	1º Carros	12,00	\$163 Bilhões	
		2º Petrolíferos refinados	17,00	\$10,9 Bilhões			2º Peças de veículos	4,50	\$63,2 Bilhões	
		3º Álcoois acíclicos	0,96	\$606 Milhões			3º Medicamentos embalados	3,70	\$52 Bilhões	
		4º Ouro	0,92	\$580 Milhões			4º Aviões, helicópteros e/ou espacial	2,30	\$31,8 Bilhões	
Colômbia	32º lugar	1º Petróleo Cru	45,00	\$25,7 Bilhões	França	6º lugar	1º Aviões, helicópteros e/ou espacial	9,40	\$53,6 Bilhões	
		2º Briquetes de carvão	13,00	\$7,59 Bilhões			2º Medicamentos embalados	4,80	\$27,5 Bilhões	
		3º Petrolíferos refinados	4,90	\$2,77 Bilhões			3º Carros	3,90	\$22,5 Bilhões	
		4º Café	4,70	\$2,66 Bilhões			4º Peças de veículos	2,80	\$16,2 bilhões	

Fonte: Elaboração própria a partir de PIB 2014/Banco Mundial; OEC 2014/MIT.

No ano de 2014, o Banco Mundial verificou a posição de 189 países, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) Nominal, selecionamos os quatro países da América Latina que

6 Marini (1990) explica que mesmo quando ocorre a produção industrial de bens primários nos países dependentes, esta corresponde a etapas inferiores da produção industrial e, em especial dos meios de subsistência.

mais se destacaram na região e quatro países de capitalismo central. Dessa forma, a partir desses países selecionados que possuem relevância no cenário econômico mundial, observa-se nitidamente que os países latino-americanos têm seus principais produtos de exportação orientados à produção agrícola e ao fornecimento de matérias-primas, essenciais as indústrias especificamente capitalistas.

Acresce-se ainda que após a transferência para os países dependentes da produção de alimentos necessários a redução do valor real da força de trabalho, os países centrais aumentam sua capacidade produtiva e, conseqüentemente, suas indústrias necessitam de mais insumos, também exportados pelos países dependentes.

Da mesma forma, os países centrais, pelo monopólio de produção industrial e tecnológica, apesar de conseguir uma maior produtividade e potencialmente contribuir com a diminuição dos preços no mercado, visando uma maior lucratividade não o fazem de forma muito significativa, mas somente o suficiente para se manter inferior aos concorrentes. Assim, possuem um lucro extraordinário porque vendem seus produtos a “preços superiores a seu valor, configurando [...] uma troca desigual.” (MARINI, 1990, p. 122).

No momento entre as relações de trocas de mercadorias de distintas classes entre os países, esse mecanismo de transferência de valor⁷, acima descrito, favorece os países centrais e dialeticamente, impõe aos países dependentes que cedam parte do valor que produzem nos bens primários. Em busca do lucro, a burguesia dependente cria um mecanismo de compensação da perda de mais-valia⁸: o aumento da massa de valor produzida. No entanto, como visto antes em Marini (1979, 1990), esse aumento não é resultado da redução real do valor da força de trabalho, por isso, utilizam o recurso de uma maior exploração da força de trabalho.

A superexploração da força de trabalho nos países dependentes, consiste então de acordo com Marini (1990) em 1) intensificar o trabalho; 2) prolongar a jornada de trabalho e 3) expropriar parte do trabalho necessário – o trabalho é remunerado abaixo do seu valor; afetando a reposição do desgaste da força de trabalho e isso decorre simultaneamente pelo dispêndio superior de força de trabalho empregado e também pela incapacidade de consumo dos produtos indispensáveis pela conservação de sua força trabalho, o que corresponde não

7 Para Marini (1990) baseado tanto na produtividade quanto no monopólio da produção.

8 Cabe, enfatizar que para Marini (1990, p. 125), “não é a rigor necessário que exista uma troca desigual para que comecem a operar os mecanismos de extração de mais-valia mencionados; o simples fato da vinculação ao mercado mundial e a conversão conseguinte da produção de valores de uso em produção de valores de troca que isso acarreta, tem como resultado imediato desatar um afã por lucro que se torna mais desenfreado quanto mais atrasado é o modo de produção existente.

apenas ao seu desgaste prematuro, mas também o tempo de sua existência exterior a produção.

Segundo Marini (1979) este desgaste prematuro é ignorado pelo capital, em razão da facilidade de sua reposição, dinamizada em constantes fluxos migratórios. Convém ressaltar, que por não restituir o valor da força de trabalho, nesses países há uma acentuada concentração de renda, além da superexploração da força de trabalho, tornando as contradições sociais mais agudas.

3 A REGIONALIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DEPENDENTES

O quadro delineado pelas categorias exploração e superexploração da força de trabalho, nos possibilita compreender que os mecanismos de transferência de valor e compensação de mais-valia ocorrem também entre as regiões brasileiras. A tabela 2, abaixo demonstra que as regiões Sul e Sudeste do Brasil, no ano de 2014, concentravam a maior parte da produção industrial.

Tabela 2 Distribuição das indústrias por região, 2014

Dados (% do Brasil)	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Estabelecimentos	3,53	14,37	46,91	27,14	8,05
Exportações (milhões US\$ FOB 2013)	3,22	11,09	59,17	22,85	3,67
Trabalhadores	4,67	15,74	50,93	22,11	6,55

Fonte: Elaboração própria a partir de Indústria Brasileira/CNI, 2014 e Dataviva; SECEX, 2014.

Considerando a categoria capitalismo dependente, as regiões Sul e Sudeste, apesar de possuírem o maior número de estabelecimentos industriais, estes correspondem a etapas inferiores da produção industrial, em relação aos países centrais, que detém o monopólio da tecnologia. Mesmo assim, destacam-se em relação as regiões Nordeste (14%) e Norte (4%), revelando um baixo progresso técnico e conseqüente obtenção da elevação da taxa de mais-valia por meio de maior exploração da força de trabalho.

Nas relações de dependência, cabe à Amazônia e, especial na sua porção Marajoara, dinamizar uma economia exportadora vinculada a graus de desenvolvimento inferiores da produção de valor, que de um lado, não objetiva formar um mercado consumidor local e de outro lado, retrai a relação salarial ao extremo, excluindo os trabalhadores da circulação.

A maior incidência das formas de exploração e configuração específica que assumem, fazem surgir não apenas um imenso exército de reserva, mas também incidem sobre a pauperização absoluta da população trabalhadora. A seguir, a tabela 3, enumera os principais produtos exportados pelo Marajó.

Tabela 3 Principais exportações Marajó, 2010

Principais produtos	Participação (%)	US \$	Principais Destinos	%
1º Madeira serrada	75	\$12,9 Milhões	Holanda	26
2º Madeira perfilada	16	\$2,81 Milhões	Portugal	22
3º Cabos de madeira	3,2	\$550 Mil	França	9,7
4º Artigos de marcenaria ou carpintaria	2,8	\$457 Mil	Bélgica	9,7

Fonte: Elaboração própria a partir de FAPESPA/SEPLAN, 2015; Dataviva; SECEX, 2016.

Conhecendo a integração do Marajó ao sistema capitalista por meio do setor exportador da Tabela 3, nos aproximamos da forma dependente que resulta em agravamento na superexploração da força de trabalho e, portanto, da agudização das manifestações da “questão social”. Para Carvalho e Iamamoto (2009), a “questão social” expressa a relação contraditória entre capital e trabalho, com a exploração e com a resistência a esta primeira. No cotidiano marajoara a “questão social” se apresenta nas condições exploradas de trabalho, vistas abaixo, na Tabela 4.

Tabela 4 Condições da força de trabalho no Marajó, 2010

Especialidade	% de empregados com carteira	% dos ocupados sem rendimento	% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	Rendimento médio dos ocupados (R\$)
Brasil	46,47	5,58	21,91	69,56	1.296
Pará	26,38	10,29	38,32	80,35	912
Afuá	5,96	23,00	58,43	91,90	486
Anajás	4,00	15,15	66,49	91,57	549
Bagre	3,78	17,59	68,81	95,59	396
Breves	10,73	17,20	57,48	89,58	540
Cachoeira do Arari	7,01	37,23	67,13	93,16	371
Chaves	7,04	37,55	75,10	96,13	294
Currálinho	1,90	22,79	71,29	91,68	438
Gurupá	3,40	16,93	66,17	93,86	445
Melgaço	3,79	21,19	72,04	94,45	395
Muaná	4,64	12,79	67,67	94,09	453
Ponta de Pedras	9,43	20,37	61,67	92,24	482
Portel	8,23	23,90	59,35	88,50	531
Salvaterra	5,93	13,38	59,76	90,36	507
Santa Cruz do Arari	6,46	31,00	68,24	95,71	329
São Sebastião da Boa Vista	2,95	11,10	72,53	94,17	404
Soure	14,34	7,19	51,13	89,75	575

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2013.

Se no ano de 2010⁹, a população trabalhadora (com 18 anos ou mais de idade) que preservava os vínculos trabalhistas regulamentados no Brasil, não atingia metade da nação, no Estado do Pará, este índice se reduzia para 27%, enquanto que na Amazônia Marajoara, diversos municípios, como Currealinho (2%), São Sebastião da Boa Vista (3%), Gurupá (3%), Bagre (4%), Melgaço (4%), Anajás (4%) e Muaná (5%), o emprego de carteira assinada sequer atinge 6% da população.

A população ocupada sem rendimento, diz respeito a pessoas que auxiliavam outro membro familiar. Trata-se do emprego da força de trabalho familiar, mas o pagamento é realizado a apenas a um dos membros. Nessa situação, temos um grande contingente de trabalhadores nos municípios do Marajó, com ênfase em Santa Cruz do Arari (31%), Cachoeira do Arari (37%) e Chaves (38%).

A partir da Tabela 4, observa-se também que mais da metade de sua população trabalhadora possuía rendimento mensal de até 1 (um) salário-mínimo, que em 2010, representava R\$ 510 (quinhentos e dez reais) e ainda que a maioria absoluta, em casos como o do município Chaves, com 96% de sua população. A concentração de renda é demonstrada ainda quando o rendimento médio da população brasileira era de R\$ 1296, enquanto que o município com melhor rendimento médio do trabalhador foi Soure com apenas R\$ 575.

Este grau de exploração da força de trabalho nos municípios do Marajó, representada em suas manifestações “tradicionais”, também se apresenta em formas não imediatamente associadas ao trabalho, mas que são resultados da “questão social”, como visto adiante na tabela 5.

Tabela 5 Expressões cotidianas da “questão social” no Marajó, 2010

9 Nesta pesquisa, optou-se utilizar todos os dados estatísticos relacionados aos municípios marajoaras tomando o ano de 2010 como base, em virtude de relacioná-los as pesquisas sobre o trabalho, uma vez que no Brasil, as pesquisas sobre as relações trabalhistas na esfera municipal, são realizadas apenas pelo Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado a cada dez anos, sendo que o último foi realizado em 2010.

Especialidade	% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	% de crianças extremamente pobres	% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	Expectativa de anos de estudo	
Brasil	2,89	11,47	6,12	9,54	
Pará	4,39	22,76	29,05	8,49	
Marajó	Afuá	6,93	52,92	76,98	6,59
	Anajás	5,90	47,70	76,03	6,60
	Bagre	5,48	35,54	69,04	5,57
	Breves	4,36	40,96	60,55	6,54
	Cachoeira do Arari	6,88	42,92	46,84	7,07
	Chaves	4,81	51,32	85,36	4,95
	Currálinho	5,60	39,94	68,40	7,05
	Gurupá	5,96	41,66	62,89	6,23
	Melgaço	6,98	50,31	78,93	5,51
	Muaná	4,29	30,22	52,89	7,80
	Ponta de Pedras	4,91	39,04	48,59	7,17
	Portel	5,94	48,47	37,45	6,19
	Salvaterra	6,02	31,96	25,61	8,60
	Santa Cruz do Arari	6,36	35,82	15,76	7,64
	São Sebastião da Boa Vista	6,60	37,18	71,45	7,88
	Soare	5,15	23,06	16,45	8,68

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil/PNUD, 2013.

Novamente, podemos analisar comparativamente a região do Marajó, com o Brasil e estado do Pará, sendo que as crianças e adolescentes que engravidaram no Marajó no ano de 2010 corresponderam ao dobro em relação a média nacional. Ainda sobre as crianças, em alguns municípios da Amazônia Marajoara a proporção de extremamente pobres ultrapassava a metade da população infantil, como em Melgaço, Chaves e Afuá.

Com relação a pessoas vivendo em domicílios sem abastecimento de água e esgotamento sanitários adequados, no Brasil indicava uma média de apenas 6% da população, e nos municípios marajoaras essa situação da habitação é vivenciada em mais da metade dos sujeitos.

Como mencionado, as relações de dependência estimulam o desenvolvimento das forças produtivas, isto é visualizado na expectativa de anos de estudo para a população brasileira, extremamente baixo e acentuado no Marajó.

4 A EFETIVIDADE DAS RESPOSTAS À “QUESTÃO SOCIAL” NA AMAZÔNIA MARAJOARA

A resposta conservadora dada às múltiplas manifestações da “questão social”, oculta os determinantes estruturais dados pela exploração e a superexploração do trabalho, e se manifesta na adoção de medidas econômicas de abertura comercial e financeira (e especulativa) ao “mercado mundial”, nas últimas décadas com tendências neoliberais.

Pereira (2010, p. 6) as políticas neoliberais adotadas em:

a) a liberalização e flexibilização do mercado; b) a redistribuição da renda em favor do lucro; c) A desoneração dos governos com a proteção social; d) A adoção de políticas monetárias como reguladoras do equilíbrio macroeconômico, elegendo-se como principais medidas: o controle da inflação e da alta dos preços; a oferta limitada da quantidade de dinheiro; e a diminuição da atividade laboral e dos salários. Isso redundou no aumento do desemprego que se converteu em solução ao invés de problema; e) A redução da carga de impostos incidentes sobre as classes de rendas mais altas, sob a justificativa de que, se esta carga ultrapassasse um determinado limite, ela poderia desestimular o capital de investir e os trabalhadores de trabalhar. Esta redução era acompanhada da diminuição do gasto público; f) A organização pós-fordista (ou toyotista) do trabalho, em substituição à organização fordista da era keynesiana, a qual se assentava em uma nova base tecnológica para atender aos novos requerimentos do mercado: flexibilidade, eliminação de tempos mortos na produção e diferenciação de produtos – tudo coordenado por sistemas informáticos e telemáticos.

De acordo com Pereira (2010), todas essas medidas foram fortalecidas com o apoio de organizações multilaterais, como o Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI), que passaram a impor aos países dependentes a renegociação de suas dívidas públicas a partir de um conjunto de regras de adoção de políticas de reformas estruturais – Consenso de Washington.

Para Carnellosi (2016, p. 126) as políticas sociais adotadas na contemporaneidade utilizam o ideário do *Workfare State* (Bem-estar em troca de trabalho), que se concentram em três aspectos:

1) Obrigatoriedade de participação dos cidadãos em medidas de ativação voltadas para o mercado de trabalho; 2) Condicionamento dos benefícios sociais a determinados comportamentos do beneficiário, como os do PBF, que exigem contrapartidas geralmente nas áreas de educação e saúde para o recebimento do benefício; 3) A focalização na pobreza e na extrema pobreza, definidas em geral por restrições *per capita*.

De modo sintético, as respostas dadas repercutem no aprofundamento da situação de dependência dos países dependentes, acentuando a superexploração do trabalho, que além de produzir um exército de reserva, aprofunda a concentração de renda e ocasiona a pauperização da classe trabalhadora. E sem medidas de proteção social, para redistribuir uma parcela da mais-valia apropriada pela burguesia (na forma das políticas sociais universais), focaliza-se políticas de transferências monetárias de renda, como acesso extremamente restritivo.

Os dois conjuntos de medidas são contraditórios, pois o primeiro tende a generalização de uma massa de cada vez mais da população desempregada ou com relações aviltantes de assalariamento, enquanto que a segunda objetiva a redução do acesso. No Marajó, a partir dos dados do SAGI/MDS, em 2010, as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) corresponderam a 46,86% de todas as famílias do Marajó.

Marini (1990) explica que a taxa de mais-valia não se constitui a partir da maior produtividade do trabalho, na verdade ela é uma consequência. Quando ocorre apenas o aumento da massa de produtos, não há acréscimo de valor, uma vez que seu valor social é reduzido na mesma proporcionalidade da produtividade da força de trabalho. Portanto, a taxa de mais-valia é determinado pelo grau de exploração da força de trabalho.

5 CONCLUSÃO

Sob o capital, existe um condicionante estrutural que perpassa todas relações capitalistas, a exploração da força de trabalho num movimento permanente de autovalorização, só atingida mediante sua autoexpansão. Assim é que por sua necessidade intrínseca de produção da mais-valia, que o capital mundializado cria os mecanismos de dependência, sustentados pela superexploração da força de trabalho.

Na Amazônia Marajoara, devido sua singularidade histórica de subordinação a essa lógica no interior do capital dependente, agrava situações de superexploração da força do trabalho, além de criar uma inumerável superpopulação relativa, gerando uma pauperização acentuada das classes trabalhadoras marajoaras.

Esta população trabalhadora se submete as piores formas de aviltamento de sua força de trabalho, com uma crescente degradação precoce, por não conseguir suprir suas necessidades sociais básicas, na totalidade. Nas últimas três décadas, este quadro se acentua devido a adoção de políticas neoliberais e do reforço às políticas compensatórias de transferência monetária de renda em detrimento das políticas universais.

Se este conjunto de políticas fragilizam a resistência organizada dos trabalhadores, que reduzia o grau de exploração da força de trabalho, também é necessário, retomar a identidade de classe trabalhadora em si e para si, nos termos de Marx, para inicialmente, reconquistar direitos sociais e a unidade na resistência política. Mas a longo prazo, a exploração e a superexploração só serão eliminadas quando o for seu determinante estrutural, o capital.

REFERÊNCIAS

CARNELOSSI, Bruna. O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética Profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, Cortez, n. 125, p. 124-147, jan./abr. 2016.

IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 27. ed. São Paulo; Lima, Peru: Cortez; CELATS, 2009.

IBGE. **Principais diferenças entre a COD e a CBO-domiciliar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la Dependencia**. México: Ediciones Era, 1990.

MARINI, Ruy Mauro. *El ciclo del capital en la economía dependiente*. In: OSWALD, Ursula (coord.). **Mercado y dependencia**. México: Nueva Imagen, 1979. p. 37-55.

MARINI, Ruy Mauro. Duas notas sobre o socialismo. Tradução de Ilse Gomes Silva, Jair Pinheiro e Lúcio Flávio de Almeida. **Lutas sociais**, São Paulo, n. 5, 1998. p. 107-123.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. Livro I, Volume 1 e 2.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da "questão social". **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, Graflin, a. 2, n. 3, p. 41-49, jan./jun. 2001.

PEREIRA, Potyara A. P. Política social do segundo pós-guerra: ascensão e declínio. **Serviço Social & Saúde**. Campinas, Unicamp, v. 9, n. 10, p. 1-21, dez. 2010.

SILVA, Christiane P. **Marx e o imperativo da mais-valia**. 2010. 92 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.